

27 de Julho 2020
Segunda-feira
Semanário - Ano 5
Nº 219
Director-Geral
Evaristo Mulaza



MILHARES DE MILHÕES DE KWANZAS POR ESCLARECER

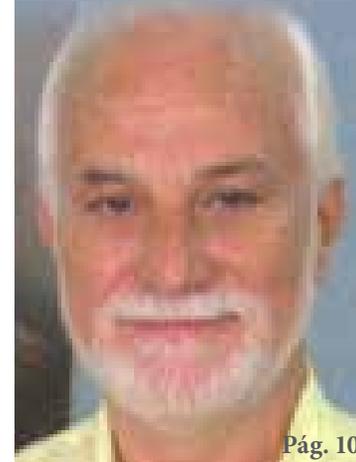
Endiama, Sodiam, Ferrangol e Tesouro embaraçam contas do sector mineiro

RELATÓRIO. Reservas do auditor destacam falta de respostas nas rubricas 'contas a receber' e 'contas a pagar' na relação entre as empresas, mas também com o Tesouro Nacional. Só no caso da Sodiam, os cerca de 31,4 mil milhões de kwanzas não confirmados pela Endiama representam 35,2% do total a receber declarado pela empresa de comercialização de diamantes. Págs. 8 e 9



ALERTA DE JAIME FREITAS

“Tributação do património vai desincentivar investimento”



Pág. 10

INVESTIDORES CÉPTICOS

Fábrica encerrada pelo Ministério do Comércio pondera desistir de se expandir pelo país

Pág. 11



DEFENDEM ECONOMISTAS

OGE revisto asfixia crédito às famílias

O aumento das necessidades de financiamento do Estado no mercado interno de 6,9% para 12,8% é uma má notícia para as famílias e empresas que se vêem obrigadas a uma disputa “desleal” com o Governo no acesso ao crédito bancário. A tese é defendida por dois economistas, ao VALOR. Pág. 6



VALOR REFERENTE A SUPRIMENTOS, SEGUNDO ISABEL DOS SANTOS

Vidatel reclama 322 milhões USD de dívida à Unitel

CONTAS. Na semana em que decorre, em Luanda, a Assembleia-Geral da Unitel, Isabel dos Santos antecipa que a empresa de telefonia da qual também participa deve pelo menos 322 milhões de dólares à Vidatel, vencidos em 2016, além de dividendos do exercício de 2015. Pág. 24

Editorial

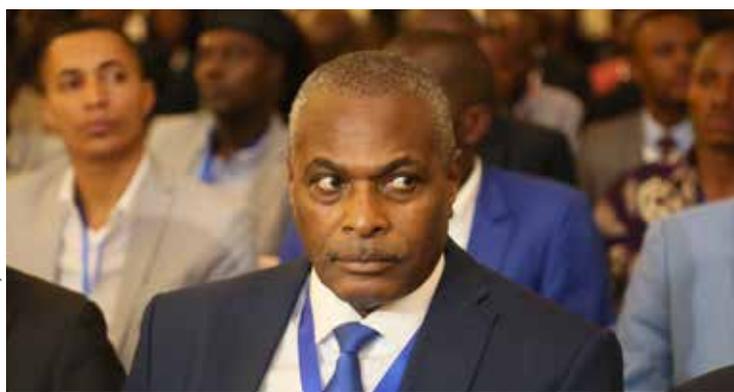
SIM, O PAÍS PRECISA DE CHIVUKUVUKUS

No debate público sobre o novo chumbo do PRA-JA, é exigível uma separação entre o formal/legal e o político. É um método de análise acessível que aparta a razão da emoção e simplifica o entendimento do que realmente está em causa.

Dito isto, em termos meramente formais, é admissível que os membros do PRA-JA, por razões humanas, tenham cometido erros que legitimam a decisão do Tribunal Constitucional. Não é de todo impossível, como se pensa. E um dos mais prováveis – como refere o Tribunal – serão precisamente as inconformidades nas assinaturas, levando a que estas não atingissem determinados mínimos exigidos. É verdade que o PRA-JA insiste no engano dos juízes, mas acontece que, em rigor, a única forma de aferir a eventual razão da equipa de Abel Chivukuvuku é a tal que o Tribunal recusa de forma peremptória: a constituição de uma espécie de comissão técnica (TC e PRA-JA) que reanalise todas as assinaturas. Não sendo isso possível, o benefício da dúvida ao Tribunal é aceitável, ainda que incida parcialmente sobre argumentos concretos. É preciso reafirmar isso, todavia, de forma inequívoca: o benefício da dúvida é uma hipótese aplicável apenas à leitura formal do processo.

Do ponto de vista político, a conversa é outra e é aqui onde residem as questões de fundo. Qualquer análise que leve em conta os desafios da consolidação da democracia chega necessariamente à conclusão de que Angola precisa, com urgência, de uma reforma do seu sistema político-partidário. Porque, mesmo levando em conta as questões formais, quando um político como Chivukuvuku não consegue criar partido em Angola, o problema não está em Chivukuvuku, está no sistema. E um primeiro passo para o desmantelamento do sistema seria a revisão da lei que obriga a apresentação de números mínimos de assinaturas para a formação de partidos políticos. No contexto da democracia angolana, esta é uma revisão urgente e necessária porque, pelos vistos, o expediente das assinaturas poderá sempre ser um esquema de fácil recurso para a inviabilização de projectos indesejáveis. Basta que quem tem a batuta na mão assim o decida.

Eventualmente, levantar-se-á o risco de ‘partidecos’ nascerem aos cogumelos, mas este é um receio capaz de ser reduzido a falso problema, desde que se parta de uma ideia de reforma mais completa. Por exemplo, um dos caminhos para se evitar a disseminação de ‘partidecos’ seria o aperto radical das formas de apoio financeiro do Estado aos partidos políticos, incluindo nos processos eleitorais. Ficaria, desde logo, afastada a ideia de que fazer partido é caminho fácil para o acesso aos dinheiros públicos. Há realidades consolidadas que poderiam servir de inspiração, como a dos Estados Unidos. Aí, para se ter dinheiro público em eleições, é preciso garantir um mínimo de receitas próprias, adquiridas através de determinadas fontes privadas. E, se no limite, se mantivesse o risco de surgirem ‘partidecos’, compensaria o ganho de se ter Chivukuvukus na disputa séria pelo poder. Porque, sim, o país e a política precisam de Chivukuvukus viabilizados.



Mário Mujetes © VE



FICHA TÉCNICA

Director-Geral: Evaristo Mulaza

Directora-Geral Adjunta: Geralda Embaló

Editor Executivo: César Silveira

Redacção: Antunes Zongo, Isabel Dinis, Júlio Gomes, Guilherme Francisco e Suely de Melo

Fotografia: Mário Mujetes (Editor) e Santos Samuessa

Secretária de redacção: Rosa Ngola

Paginação: Edvandro Malungo, Francisco de Oliveira e João Vumbi

Revisores: Edno Pimentel, Evaristo Mulaza e Geralda Embaló

Colaboradores: Cândido Mendes, EY e Mário Paiva

Propriedade e Distribuição: GEM Angola Global Media, Lda

Tiragem: 00 N° de Registo do MCS: 765/B/15

GEM ANGOLA GLOBAL MEDIA, LDA Administração:

Geralda Embaló e Evaristo Mulaza

Assistente da Administração: Geovana Fernandes

Departamento Administrativo: Jessy Ferrão e

Nelson Manuel

Departamento Comercial: Geovana Fernandes

Tel.: +244941784790-(1)-(2)

N° de Contribuinte: 5401180721

N° de registo estatístico: 92/82 de 18/10/82

Endereço: Avenida Hoji-Ya-Henda, 127, Marçal, Luanda-Angola; 222 320511 Fax: 222 320514

E-mail: administracao@gem.co.ao;

comercial@gem.co.ao

A semana

3 PERGUNTAS A...



ELISABETE DIAS DOS SANTOS, empresária

Quais são as grandes dificuldades para a produção de frangos e ovos no país?

Temos o problema da água, que é um dos factores de alimento das aves. O preço da água é alto. Uma unidade como a Peérola do Kikuxi tem de ter água para os efectivos senão temos problemas como epidemias. Quando há epidemias, temos mortalidades. E quando há mortalidade, não temos a produção esperada.

A Associação Nacional dos Avicultores estima que faltará ovos em Dezembro.

A Pérola do Kikuxi não é uma empresa à parte. A covid-19 criou estrangulamento operacional. Só para ter uma ideia, não temos genética. A genética para a produção quer de ovos, quer de frangos é importada. Mas graças a Deus, disponho de uma estrutura operacional e de gestão que permite arranjar soluções e está criada toda a logística para a importação da genética para estabilidade da produção.

Não é possível a produção da genética internamente?

O grande problema é que, a nível mundial, existem dois grandes grupos que controlam a genética animal. Para produzirmos em grande escala, ou temos de nos associar ou temos de desenvolver laboratórios científicos que permitam começar a desenvolver genética local. Sem termos esta questão implementada vamos continuar a fazer a importação.

21

TERÇA - FEIRA

A Administração Geral Tributária (AGT) no Kuando-Kubango trabalha no cadastramento de todos os operadores de madeira, cujas licenças foram canceladas por irregularidades fiscais.

22

QUARTA - FEIRA

O Serviço Nacional de Recuperação de Activos da Procuradoria-Geral de Angola ordena a apreensão de três edifícios, de escritórios e residenciais, denominados Três Torres, em Luanda

23

QUINTA - FEIRA

O Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) anuncia um investimento de um milhão de dólares em dois projectos de investigação sobre a covid-19, que visam contribuir também para a diversificação da economia local.



24

SEXTA - FEIRA

A Procuradoria-Geral da República manda apreender mais dois imóveis alegadamente construídos com fundos públicos, nomeadamente uma escola e um centro de hemodiálise, ao qual está ligado o antigo ministro da Saúde José Van-Dúnem.



18

SÁBADO

Dombe Grande, em Benguela, continua privado dos serviços das fábrica de processamento de tomate, de recipientes (latas) e de um entreposto, seis anos depois da conclusão das obras, pelo Governo, declara o administrador comunal.



19

DOMINGO

A transportadora aérea TAAG vai reduzir o capital social dos actuais 700 para 127 mil milhões de kwanzas e alterar a estrutura accionista, segundo um decreto presidencial.



SEGUNDA-FEIRA O centro comercial 'Cidade da China', localizado na Via Expressa Cacuaco-Viana-Benfica, entra em cerca sanitária em consequência de dois casos positivos de covid-19 registados, implicando cidadãos chineses que trabalham no estabelecimento.

COTAÇÃO



PETRÓLEO NÃO RESISTE À SEGUNDA VAGA DA COVID...

O Brent, referência às exportações angolanas, abriu a semana positivo, mas pouco depois sofreu uma queda a rondar os 1,6%, ao ser negociado a 43,07 dólares, depois de ter encerrado a semana anterior a 43,34 dólares. Nesta segunda-feira, também o WTI, petróleo de referência para os EUA, perdeu cerca de 1,4%, ao ser negociado a 40,69 dólares. Baixas devidas ao covid-19.



PREÇO DO OURO BATE RECORDES...

Enquanto isso, o ouro começou a semana a bater recordes, ao atingir o máximo dos 1.944,71 dólares a onça e ser negociado a 1.934 dólares. Na base do novo recorde está a queda do dólar e a tensão entre os Estados Unidos e a China. Desde o início do ano, o preço do ouro valorizou mais de 27%.

Entrevista

BONIFÁCIO FRANCISCO, DIRECTOR DO INSTITUTO NACIONAL DO CAFÉ (INCA)

“O BPC diz que apoia os cafeicultores mas, quando se vai lá com projectos, não há dinheiro”

No segundo trimestre, o país exportou 356,54 toneladas que renderam aos cofres do Estado 351.840.035 milhões de dólares. Bonifácio Francisco estima que, havendo crédito da banca aos produtores, os resultados seriam mais elevados.



Por Júlio Gomes

Qual é o nível actual de produção de café em Angola?
Estão a dar-se passos lentos, mas interessantes. Digo isso porque estão envolvidas muito mais famílias organizadas na produção de café. Isso acaba por ter um efeito positivo.

Efeito positivo em que sentido?
Já começámos a produzir café na

base de sistemas irrigados. Estamos também a produzir mudas generativas. Ou seja, já não estamos a utilizar a semente, mas, na parte mais acima do arbusto, fazemos o corte e clonamos. A ideia é colher quatro toneladas por hectare. É por aí que poderemos começar a obter maior produção.

Qual é o universo de produtores activos?

Estão envolvidas 25 mil famílias.

O sector empresarial não entra nas contas?

Também produz. Aliás, quando falamos nesta envolvência, estamos

Os bancos ainda não começaram a acreditar que o sector está aí a caminhar a passos lentos, mas vamos lá chegar.

a colocar dentro da contagem o sector empresarial. Portanto, o número de famílias (25 mil) engloba também os empresários que se dedicam ao cultivo do café.

Mas o que o país produz actualmente em números?

No ano passado, foram colhidas aproximadamente 4 mil toneladas. Este ano, por aquilo que são os cálculos, a nível dos produtores, a previsão é de atingirmos 5 mil toneladas.

É uma produção residual, face às 200 mil toneladas anuais da época colonial. Por isso também é insig-

nificante o peso do café na economia, certo?

O peso é mesmo residual. De acordo com os cálculos, a participação do café no PIB é de 0,03%. É absolutamente insignificante. Isso acontece porque há uma diminuição significativa das áreas de produção. As pessoas deixaram de apostar no café para enveredar por outras culturas.

Qual é a área cultivada?

Estamos a falar numa área aproximada de 52 mil hectares. Antigamente, tínhamos muito mais áreas de cultivo. Temos de multiplicar isso pelo menos por três.

De grande exportador hoje o país não vende quase nada. Esta afirmação está correcta?

Em 2019, exportámos 1.161 toneladas, o que, para nós, já foi muito bom se comparado aos anos anteriores. Em 2018, produzimos 292.297 mudas. Em 2019, produzimos 13.355 mudas. Portanto, houve redução, mas, nesse mesmo ano, exportámos, só no segundo trimestre, 356,54 toneladas que renderam aos cofres do Estado 351.840.035 milhões de dólares em impostos.

Há algum horizonte para o país voltar à produção de grande dimensão?

O horizonte é possível, mas depende do envolvimento dos cafeicultores e da extensão das áreas de cultivo. Ou seja, se estamos agora com 25 mil famílias, temos de aumentar esse número e dedicarmo-nos à produção do café. Mas é verdade que hoje o cultivo já exige técnicas modernas

“ Por ser muito exigente em termos de manutenção, que ainda entre nós é feita com enxada e catana, quando nos outros países o processo é mecanizado, então os jovens fogem. ”

e temos de estar encaixados nessas novas tecnologias. Para a poda, ou limpeza, por exemplo, o café já exige máquinas. E isso, por sua vez, exige dinheiro que não temos para alavancar o sector.

Não é um sector atractivo?

Por ser muito exigente em termos de manutenção, que ainda entre nós é feita com enxada e catana, quando nos outros países o processo é mecanizado, então os jovens fogem. Mas se começarmos a envolver maquinaria, os jovens vão começar a voltar e fazer companhia aos pais. Hoje, no fundo, quem produz café tem mais de 50 anos.

Uma produção em grande escala só pode acontecer com uma séria aposta do sector empresarial, certo?

É importante referir que o sector empresarial também se queixa muito. No entanto, pode aparecer com pujança se for apoiado na base do crédito. O mesmo acontece com a agricultura familiar, se for apoiada também cresce.

Mas os operadores queixam-se da banca que não empresta dinheiro?

Os bancos ainda não começaram a acreditar que o sector está aí a caminhar a passos lentos, mas vamos lá chegar. O que acontece é que, no café, a colheita é anual. Por isso é que muita gente enveredou pelas culturas imediatas com colheitas de dois a três meses. É importante conversar e chegarmos a um acordo com os bancos.

Os bancos são acessíveis?

O BPC, por exemplo, diz que está aberto a ceder crédito a famílias organizadas e empresas ligadas ao café, mas, quando se vai para lá com os projectos, não há dinheiro. É um paradoxo que tem de ser resolvido pelo maior accionista, o Estado. Nos outros bancos, como o BFA que também diz que está acessível aos produtores, é a mesma coisa. Mas, se o crédito fosse possível, certamente os resultados seriam mais elevados.

Assim não acontece o vosso slogan ‘Café oportunidade de negócio no momento de crise’?

Este ano, ao nível do Inca, o nosso lema é ‘Café, uma aposta na diversificação económica do país’. Estamos a utilizar esse lema porque vemos que, cada dia que passa, aumenta o envolvimento de entidades, sobretudo estrangeiras como Espanha, Itália, Dubai, que têm manifestado o interesse de apostar no tipo de café



que temos, sobretudo o robusta, que cresce na montanha e não é adubado nem irrigado. Como há necessidade desses países em obter produtos agrícolas naturais que nada têm que ver com fertilizantes, então está aí o café robusta, ao contrário do arábica, que tem de ser irrigado e fertilizado.

E os preços estimulam o produtor interno?

Há dias, tivemos um encontro no instituto, e queremos também reunir com os empresários. O que acontece é que os compradores vão ao encontro do produtor e definem os preços. Isso é mau. Quem deve

definir o preço é o produtor em função de todo o processo produtivo. Normalmente, a nossa instituição define uma baliza que oscila entre 150 kwanzas e 175 kwanzas o quilo. É bom lembrar que este preço não é o do café verde, mas sim do seco, o comercial. Então queremos discutir com essas empresas que também se dedicam à compra para que não definam os preços. Muitas vezes, os compradores chegam ao cafeicultor com um preço que o Inca estipulou, mas discordam.

O Inca não consegue travar os compradores?

O que falta é chegarmos a um con-

Perfil

Nascido no Kwanza-Norte, em 1965, foi para Cuba aos 13 anos e lá fez toda a formação. “Sou engenheiro de laboratório”, afirma. Agrónomo, especializado em café, Bonifácio Francisco está há menos de um ano na direcção do Inca. Aconselha “para uma verdadeira diversificação económica a aposta séria nas culturas industriais do girassol, do algodão, da cana-de-açúcar e do abacateiro que produz durante todo o ano e pode ser aproveitado para o fabrico de cosméticos”.



senso e levarmos a informação aos cafeicultores, dizendo-lhes o preço definido pela instituição que rege o sector.

O tecto de 175 kwanzas é o ideal?

Não vamos falar de preço ideal, porque depende muito do investimento aplicado no processo produtivo.

O Inca diz ter também o foco no cacau...

O Inca abrange outras culturas como a cultura do caju, do palmar e do cacau. A este nível, estamos a fazer apenas o fomento. Falando do cacau e do palmar, temos em Cabinda grandes viveiros e já há alguma produção, só que não há mercado. O cacau de Cabinda produz em dois anos. Logo, os 277 produtores estão preocupados porque não há transformação. Devíamos preparar os produtores de cacau quanto aos processos de fermentação, de despolpa e de secagem. Como Cabinda sempre produziu e está próximo dos congos, então estão a vender a esses países que já têm todo o processo de transformação.

Porque é que não se antecipou a formação dos produtores?

Temos em Cabinda um projecto orçado em 123 milhões de dólares que abrange várias áreas, como saúde, educação e agricultura. No domínio da agricultura, consta a compra de máquinas para a transformação do cacau que já prevíamos.

Mas não há máquinas?

Ainda não, e é por isso que o país perde divisas.

E no palmar?

Já fomos grandes produtores de óleo de palma. Toda a região norte do país (Cabinda, Zaire, Bengo, Kwanza-Norte) é produtora. Em termos de plantas, fizemos a entrega aos camponeses familiares 427.568 mudas. Se bem que é um palmar geneticamente modificado, começa a produzir dentro de três a três anos e meio. No nosso registo do ano passado, a produção familiar foi de 1.500 metros cúbicos e o sector empresarial produziu 3.500 metros cúbicos. Parecendo que não, o óleo de palma é muito utilizado no nosso consumo e, só em 2019, o país gastou 185 milhões de dólares na importação do produto. Então temos de apostar na sua produção para evitarmos o dispêndio de divisas.

Mas é verdade que hoje o cultivo já exige técnicas modernas e temos de estar encaixados nessas novas tecnologias.

Economia/Política



A revisão orçamental foi pressionada pela queda do preço do barril do petróleo, agravada pela crise sanitária, segundo o Governo.

NO ACESSO AO CRÉDITO, NA VISÃO DE ECONOMISTAS

OGE revisto asfixia famílias e empresas

FINANÇAS PÚBLICAS. Recurso à dívida interna para financiar o OGE de 2020 revisto aumenta 6,9%. Especialista em Economia do Desenvolvimento Fernandes Wanda prevê menos criação de empregos, enquanto Yuri Quixina admite “ruído no crescimento económico”.

Por Manuel Cunha

As famílias e as empresas poderão voltar a enfrentar dificuldades no acesso ao crédito bancário, devido ao aumento das necessidades do Governo em financiar-se internamente. De acordo com o plano de financiamento expresso no relatório de fundamentação do OGE/2020 Revisto, o recurso à dívida interna sobe de 6,9% na

versão inicial, para 12,8% no orçamento rectificativo.

Este aumento é consequência da “redução significativa das receitas fiscais e receitas de endividamento, que contraem 28,9% e 0,2%, respectivamente, face ao OGE/2020 inicial”, lê-se no documento. Em 2018, por exemplo, o Governo recorreu mais à dívida interna do que à externa para financiar o orçamento, cujos números variaram entre 11,7% e 8,2% em percentagem do Produto Interno Bruto.

Este recurso recorrente à dívida interna para financiar o orçamento representa um “conflito de interesse prejudicial” ao financiamento à economia, na perspectiva

MEMORIZE

● A adesão de Angola à Iniciativa de Suspensão do Serviço da Dívida do G20 é apontada como parte da solução para direccionar fundos no combate ao impacto da covid-19 sobre a economia.

do economista Yuri Quixina, que considera uma concorrência desleal. “Quando o Estado entra nessa competição para disputar o crédito com as famílias e empresas, cria ruído no crescimento económico, que deve ocorrer de forma natural e não esforçado.”

DESPESAS DE CAPITAL EM SEGUNDO PLANO

As despesas correntes, que representam o pagamento de salários da Função Pública, compra de bens e serviços, subsídios e outros, perfazem um total de 18,6%. Já as despesas de capital, que pressupõem investimento em infra-estruturas, que determinam a dinamização do sector produtivo e a melhoria do ambiente de negócios, estão avaliadas em 4,6%.

Nesta perspectiva, o macroeconomista Yuri Quixina considera que a “diferença abismal”, entre os recursos alocados nas despesas correntes e de capitais, pressupõe que o Governo vai continuar a gastar mais do que pode arrecadar e sem preocupação com o futuro. “As despesas correntes só caíram 8,7% e o maior corte foi nas despesas de capital. Quando se reduz as despesas ligadas ao sector produtivo e privilegia-se as despesas de consumo, ligadas ao PIIM, então

estamos a dizer que não estamos preocupados com 2021”, adverte o economista.

Quixina considera também que o “OGE revisto demonstra que o Governo vai viver acima das suas posses, na medida em que o défice orçamental é de 4%. Com o aumento dos casos da covid-19, o défice será acima de 4%, porque o Governo vai fazer muito mais despesas do que está tipificado no orçamento.”

O especialista em Economia do Desenvolvimento, Fernandes Wanda, considera que facto de o petróleo representar 65% do total das receitas do OGE pressiona ainda mais a materialização dos principais projectos e programas em curso e, por isso, sugere maior investimento em infra-estruturas. “O país já não cresce há quatro anos e acrescenta-se a crise sanitária”, recorda.

O Executivo teria de aumentar as receitas em infra-estruturas, “de forma a estimular a actividade económica, nomeadamente estradas, que permitem a circulação de pessoas e bens, estimular a banca a financiar o sector produtivo”, defende.

Fernandes Wanda afirma que a revisão em baixa do OGE significa que o processo de crescimento da economia será adiado, o que pressupõe menos criação de empregos e que outras variáveis da economia “estão muito aquém da sua realização”.

O OGE ‘infectado’ pela covid-19 prevê receitas à volta de 13,5 biliões de kwanzas, registando uma redução de 15,7% relativamente ao OGE 2020 inicial, que rondava os 15,9 biliões de kwanzas. A revisão orçamental foi pressionada pela queda do preço do barril do petróleo, agravada pela crise sanitária, segundo o Governo, que considera uma “medida essencial para ajustar as decisões de despesa e projecções da receita às condicionantes impostas pela pandemia covid-19”.

De acordo com o relatório de fundamentação, o Governo acredita que “a redução do preço médio do barril de petróleo de 55 para 33 dólares constitui uma das saídas para mitigar a crise orçamental decorrente da crise sanitária mundial”. A adesão de Angola à Iniciativa de Suspensão do Serviço da Dívida do G20 é apontada como parte da solução para direccionar fundos no combate ao impacto da covid-19 sobre a economia. Espera-se que Angola poupe cerca de 3,7 mil milhões de dólares.

NOVOS PLANOS DE DADOS EMPRESARIAIS

Trabalhe
em qualquer
lugar, mantendo
a sua empresa
sempre ligada
e mais
produtiva.

**OFERTA
DE NOVOS
PLANOS
DE DADOS**

1GB

8GB

50GB

2GB

16GB

4GB

25GB

CALL CENTER
EMPRESAS
19 300

OU POR EMAIL
empresas@unitel.co.ao

Mercados & Negócios



DELOITTE DETECTA CONTAS NÃO CONFIRMADAS

Endiama e Tesouro Nacional embaraçam contas da Sodiam

BALANÇO. Relatório faz referência a débitos e créditos envolvendo as duas instituições que, entretanto, não responderam ao auditor. Deloitte detecta diferença de mais 1,8 mil milhões kz no processo de acareação.

Por César Silveira

A Endiama e o Tesouro Nacional comprometeram as contas da Sodiam ao responderem com ‘silêncio’ ao auditor independente sobre valores por receber e/ou a pagar, referentes ao exercício de 2019, provocando reservas no parecer.

Segundo o documento, a 31 de Dezembro de 2019, a empresa que detém o monopólio da compra e venda da produção diamantífera tinha por receber cerca de 31,4 mil milhões de kwanzas da Endiama, além de 5,5 mil milhões de outras entidades relacionadas que, tal como a Endiama, não responderam à solicitação da Deloitte.

“Não obtivemos, até à data deste relatório, resposta de determinadas entidades aos nossos pedidos de confirmação de saldos e outras informações”, escreve o auditor,

Sodiam: Saldos declarados Versus Saldos sem respostas

	Saldo Declarado	Saldo não Respondidos
Contas por receber	89 311 970 880	36 998 652 399 (41,4%)
Contas a pagar	28 836 857 169	17 711 392 826 (61,4%)

Sodiam: diferença entre Saldos declarados e saldos por respostas

	Saldo Declarado	Saldo por Resposta
Contas por receber	872 635 476	0
Contas por pagar	1 430 331 532	453 647 204

Endiama vs Sodiam: O que cada uma diz ter por receber e ou pagar a outra

	Endiama	Sodiam	Diferença
Por Pagar	41 176 018 000	Por receber 31 446 318 391 9	9 729 699 609
Por Receber	889 102 000	Por pagar 1 733 192 098	844 090 098

que coloca o Tesouro Nacional como tendo escolhido o silêncio a propósito de um empréstimo à Sodiam, avaliado em mais de 14 mil milhões de kwanzas.

Os cerca de 31,4 mil milhões não confirmados pela Endiama correspondem a cerca de 35,2%

dos mais de 89,3 mil milhões de kwanzas declarados pela Sodiam na rubrica contas a receber. E, além da Endiama, um conjunto de entidades relacionadas também não responderam ao auditor sobre contas por receber num total de 5.552,3 milhões de kwan-

zas, elevando para cerca de 36,9 mil milhões de kwanzas os valores por receber não confirmados, correspondente a 41,4% da categoria.

TESOURO NÃO EXPLICA CRÉDITO DE 14 MIL MILHÕES KZ

A Endiama também deixou o auditor pendurado em relação a questões sobre valores que terá por receber. No caso, um crédito de cerca de 1.733,1 milhões de kwanzas que consta entre os passivos da Sodiam.

Por sua vez, o Tesouro Nacional também preferiu o silêncio para responder à solicitação da Deloitte sobre um crédito de mais de 14 mil milhões que, de resto, é o maior valor entre os que não foram esclarecidos pelas entidades relacionadas na rubrica outros passivos correntes.

No global, a Deloitte não viu esclarecidos mais de 17.712,4 mil milhões de kwanzas da rubrica valores a pagar, correspondente a 61,4% do valor global da referida rubrica que foi de 28,8 mil milhões de kwanzas.

MAIS DE 1,8 MIL MILHÕES DE KZ POR ESCLARECER

Por outro lado, a Deloitte detectou uma diferença de mais de 1,8 mil milhões de kwanzas entre os saldos contabilísticos e as respostas obtidas de determinadas entidades, dos quais 872,6 milhões dizem respeito a contas a receber de clientes que, entretanto, não comprovaram.

“Adicionalmente, não obtivemos reconciliações entre os saldos expressos nos registos contabilísticos da empresa e os constantes nas respostas obtidas de determinadas entidades”, escreve o auditor estimado em cerca de 2.302,9 milhões de kwanzas o valor das correspondências que obtiveram respostas. No entanto, as respostas em causa apenas confirmaram um saldo de 453,6 milhões de kwanzas, referentes às contas por pagar contra o saldo de 1.430,3 milhões de kwanzas da mesma rubrica do valor solicitado pela Deloitte.

Nas reservas, entre outras situações, a Deloitte destaca ainda o facto de a empresa não ter “implementado procedimentos de actualização cambial” pelo que “não é possível concluir quanto à correcta especialização entre exercícios dos ganhos cambiais líquidos” no montante de mais de 4.484,6 milhões contabilizados nos resultados financeiros.

A SAHAM ANGOLA SEGUROS aumentou o capital, de 5,5 mil milhões para 7,4 mil milhões de kwanzas, com o objetivo de assegurar o desempenho neste período de covid-19, de acordo com o director executivo da seguradora, André Philippe Alliali Die, em entrevista ao Jornal de Angola.

‘Desaparecimento’ de activos na Ferrangol

A ausência do inventário e cálculos de um conjunto de activos fixos e tangíveis que a Ferrangol herdou do processo de liquidação da subsidiária Angola Exploration Mining Resources (AEMR) é uma das lacunas que a Deloitte detecou no relatório e contas da Ferrangol.

O auditor, no seu parecer, salienta que, apesar de os referidos activos não se encontrarem reconhecidos no balanço pelo facto de não terem sido inventariados e mensurados, “a empresa reconheceu proveitos operacionais relacionados com a venda dos referidos equipamentos mineiros e do minério de ferro no valor de cerca de 122 milhões de kwanzas”. Por isso, o auditor declarou-se incapaz de “concluir sobre os efeitos decorrentes da inventariação e mensuração dos activos transferidos da AEMR nas demonstrações financeiras” do exercício em análise.



José Manuel Ganga Júnior, PCA da Endiama

Mário Marques © VE

Muito por esclarecer na relação Endiama/Sodiam

Os valores declarados nas rubricas ‘contas por pagar e por receber’, nos relatórios e contas da Endiama e da Sodiam, demonstram a existência de ‘diferendos contabilísticos’ entre as duas empresas públicas do sector diamantífero.

Assim como a Endiama, a Sodiam também deixou de responder à solicitação sobre contas que terá por pagar e receber à Endiama, de acordo com o parecer do auditor externo que, coincidentemente, é a Deloitte.

A empresa produtora de diamantes (Endiama) declarou que tem a pagar cerca de 43,9 mil milhões de kwanzas à empresa de comercialização de diamantes (Sodiam)

que, entretanto, respondeu com silêncio ao auditor á solicitação da confirmação do referido pendente.

O valor é, no entanto, inferior aos 31 mil milhões declarados pela Sodiam como tendo por receber da Endiama, esta que não confirmou o montante à Deloitte.

Divergências também se registam no valor que a Endiama declara ter por receber da Sodiam. No caso, apresenta um saldo de 889,1 milhões de kwanzas quando a Sodiam, que não atendeu à solicitação da auditoria externa, tem no seu relatório uma dívida para com a Endiama de cerca de 1,7 mil milhões de kwanzas.

Além da Sodiam, outras participadas e ou participantes da Endiama não responderam à soli-

citação da Deloitte sobre eventuais contas a pagar, como são os casos das sociedades mineiras de Lucapa e de Luminas com contas por saldar nos valores de 8,3 mil milhões de kwanzas e 1,3 mil milhões de kwanzas respectivamente. A Sodiam também não está isolada entre as que responderam com silêncio sobre eventuais valores que têm por receber da diamantífera.

Para a Deloitte, a continuidade das operações da empresa e a realização e liquidação dos activos está dependente do sucesso futuro das suas operações, enquanto operador mineiro e, em última instância, do suporte financeiro do accionista Estado. O entendimento do auditor resulta da perda da função de concessionária diamantífera para a Agência Nacional dos Recursos Mineiras e também pelo impacto da covid-19.

8,3

Mil milhões de kwanzas, contas por saldar das sociedades mineiras de Lucapa e de Luminas.

31

Mil milhões de kwanzas, valor que a Sodiam tem por receber da Endiama.

Mercados & Negócios

ALERTA PARA O RISCO DE DESINVESTIMENTO

Jaime Freitas considera “injusta” tributação do património

TRIBUTAÇÃO. Proprietário do grupo Cosal defende que, ao aplicar imposto ao património, o Governo estaria a taxar capitais já tributados. E acrescenta que a situação levaria muitos investidores a preferirem ter o dinheiro a render nos bancos.

Por Fernando Francisco

O empresário Jaime Freitas considera “injusta” a tributação do património previsto no novo Imposto Predial, justificando que quem adquiriu património fê-lo com capital já tributado. “Já o fez por força do trabalho prestado ou dos lucros das suas empresas fortemente tributadas nessa altura e nada justifica que ainda tenha de pagar impostos adicionais sobre o seu património”, argumenta o proprietário do Grupo Cosal.

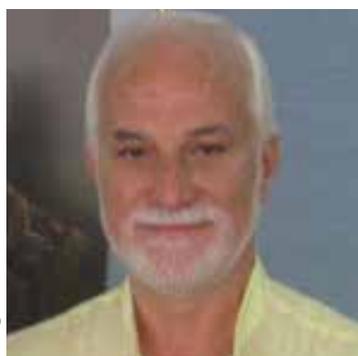
“Mal está o nosso país quando o Governo, além de tributar a renda ou o lucro, começa a tributar o património. Muito mal, muito mal mesmo”, critica, insistindo que o Estado não tem “nenhum direito” de aplicar impostos a capitais já tributados e “na posse dos cidadãos”.

Classificando a tributação do património como “mais uma machadada na iniciativa privada dos empre-

sários e de quem poupa para um melhor futuro”, Freitas alerta que a decisão desincentiva o investimento “e só pode ser defendida por quem não quer que haja capitalização do povo ou das empresas”.

Aprovada na generalidade na Assembleia Nacional a 22 de Maio, a Proposta de Lei que aprova o Código do Imposto Predial, entre outras, defende a tributação de terrenos agrícolas improdutivos, assim como de habitações desocupadas por um longo período. O legislador justifica a proposta com a necessidade de se incentivar o uso desses imóveis e terrenos, seja por arrendamento ou por venda.

Mas, para Jaime Freitas, muito património “está devoluto”, por



causa da recessão continuada dos últimos anos, que levou a que as rendas não justificassem os investimentos realizados ou o pagamento da recuperação desse património. “Só loucos detentores de activos não os rentabilizariam se as condições económicas o permitissem”, salienta. “Não se admirem se esta actuação vier ainda ser estendida aos quartos dos hotéis que não são alugados porque também esses estão devolutos”, compara.

Pelos cálculos do empresário, os investidores poderão optar por deixar os seus capitais “inactivos” a render juros, uma vez que “não se irá tributar as contas bancárias”.

Jaime Freitas admite, entretanto, que a sua abordagem “não seja extensiva às terras ou propriedades concedidas gratuitamente pelo Estado e que estejam ociosas”.

O empresário, que recentemente adquiriu os Hotéis Términus e que aguarda pelo “momento certo” para fazer o investimento, apela para o “bom senso” de modo a que “não se matem” os poucos empresários de imobiliário que ainda existem no país. “Não há política económica de desenvolvimento no país”, critica.



EMPRESA DE KUNDI PAIHAMA

Plury Jogos promete pagar 50% dos salários em atraso

A direcção da empresa Plury Jogos, detentora do Casinos Angola, propriedade do falecido general Kundi Paihama, comprometeu-se a pagar metade dos nove meses de salários em atraso aos mais de mil funcionários.

Na reunião de entendimento entre a empresa e o colectivo de trabalhadores, mediada pela Inspeção Geral do Trabalho, ocorrida a 23 de Julho, ficou acordado o pagamento de 50% do salário

em atraso até o dia 6 de Agosto do ano corrente. Enquanto o restante da dívida é dada como quitada.

A Plury Jogos avança, no entanto, a possibilidade de suspender contratos com alguns funcionários, mantendo ao mesmo tempo em activo todos os postos de trabalho. A empresa que anualmente dá ao Instituto de Supervisão de Jogos cerca de 300 milhões de kwanzas não pagava o salário aos trabalhadores em resultado da queda de cerca de 80% das receitas.

Por Guilherme Francisco

TRINTA EMPRESAS apresentaram propostas ao Instituto de Gestão de Activos e Participações do Estado (Igabe) para a aquisição das 13 unidades industriais na Zona Económica Especial (ZEE) Luanda-Bengo, cujo concurso público está na fase final.

ALEGADA DESARTICULAÇÃO ENTRE MINISTÉRIOS DA INDÚSTRIA E AMBIENTE

Nice South Atlantic foi encerrada com a licença em processamento

FÁBRICAS. Suspensão do empreendimento ocorreu quando se aguardava pela renovação da licença. Grupo vê agora com “cepticismo” alargamento do investimento em outras paragens do país.

Por Guilherme Francisco

O grupo empresarial Nice South Atlantic não entende o que considera o “tão forçado” encerramento da fábrica de detergentes com o mesmo nome, situada na Zona Económica Especial (ZEE), por decisão dos inspectores do Ministério da Indústria e Comércio (Minco).

António Luís Alberto, gestor de recursos humanos, garante terem cumprido todos os trâmites legais e que há precisamente oito meses estão à espera da licença ambiental, emitido pelo Ministério da Cultura, Turismo e Ambiente, documento fundamental para o Minco emitir o alvará definitivo.

“O Ministério do Ambiente fez inspecção em Novembro do ano passado, até ao momento não entregou a licença por alegadamente as condições em que o país se encontra terem afectado os seus trabalhos”, explica, acreditando existir “falha de comunicação entre os ministérios”.

Enquanto se aguarda pela licença definitiva, foi emitida, no ano passado, pelo então Ministério da Indústria (agora agregado ao Comércio)

uma licença provisória, cuja duração é de seis meses. A licença caducou em Janeiro deste ano, sem a testagem dos equipamentos, visto que ainda não estava concluído o empreendimento.

Com a conclusão da primeira fase em tempo recorde (sete meses), a decretação do estado de emergência impediu a renovação atempada da licença. Entretanto, a fábrica avançou com a testagem do material e procurou renovar a licença provisória já que o processo para a definitiva se arrasta há quase um ano. Em nenhum momento, refere António Luís Alberto, operou com cariz comercial como leva a crer o

MEMORIZE

● A inauguração do empreendimento prevista para o próximo mês, ficou sem data devido à situação e, como consequência, a direcção teve de mandar os primeiros 53 trabalhadores para a casa.

Minco em comunicado. “É uma fase de testes não apenas de máquinas, fazemos alguns produtos para testar a aceitação no mercado. 50% das máquinas ainda não foram testadas, alguns técnicos que podiam operar não chegaram ao país por

causa do espaço aéreo que está fechado”, esclarece.

Na segunda-feira, 20 de Julho, os responsáveis da empresa reuniram com o Minco para esclarecer vários pontos apresentados no comunicado, mas também desfazer as notícias que indicavam que a fábrica “aleadamente misturava produtos químicos com bolacha e que os produtos estavam expirados.”

A inauguração do empreendimento prevista para o próximo mês, agora ficou sem data devido à situação. Em consequência disso, a direcção teve de mandar os primeiros 53 trabalhadores para a casa. Na

fábrica, é possível observar as condições de comodidade para os funcionários, incluindo dormitórios e refeitórios.

DESMOTIVADA A INVESTIR
Com um investimento avaliado em 60 milhões de dólares, a fábrica, numa primeira fase, vai empregar 500 pessoas, sendo que o total calculado na fase final é de 800 postos de trabalho, meta projectada para até ao final deste ano.

O grupo empresarial dominado por chineses, libaneses e turcos está a concluir outras fábricas de ferro, chapa e fogões na ZEE. A inauguração poderá ocorrer no final deste ano. O grupo tenciona ainda estender o investimento a outros pontos do país, mas António Luís Alberto afirma agora que “caíram no ceticismo”. “Mediante esta situação fica difícil, é o primeiro projecto e os obstáculos são criados pelo próprio Governo”, lamenta.

ZEE CRITICA MINCO

O director de comunicação e imagem da Sociedade de Desenvolvimento da ZEE, Rui Matata, considera a atitude do Minco “forçada” e acrescenta que o Ministério deveria ficar-se pela advertência. Matata critica também o ministério por não ter informado sobre o encerramento da fábrica, tendo a ZEE tomado conhecimento através dos órgãos de comunicação social. E acrescenta que a fábrica “não está ilegal, como faz crer o Minco e em nenhum momento operou”.

Segundo Matata, ao VALOR, há algum tempo, o grupo empresarial queixou-se de estar a receber visitas estranhas e “percebeu que eram concorrentes que procuravam saber o que se estava a fazer”, razão que o leva a acreditar que as últimas ocorrências “tiveram mãos de potenciais concorrentes”. “Há muitos produtores de detergentes que não querem ver mais uma empresa, mas há pessoas que precisam de emprego e o Estado precisa de impostos. Não estamos num mercado de monopólio para ninguém”, protestou, defendendo que “os inspectores deviam considerar o momento” em que o país vive. Há empresas a fecharem, não têm capital. É uma fase que os empresários estão sufocados, mas estes mostram que vale a pena continuar a investir em Angola por isso construíram a obra em sete meses. Queremos mais projectos com esta dinâmica nesta fase de pandemia, muitos pararam as obras mas esta empresa nunca,” remata.



DEJURE

NOVO RECURSO DO PRA-JA

Juristas defendem ser “inviável”

JURISPRUDÊNCIA. Causídicos consideram que acórdão do Tribunal Constitucional que ‘chumba’ recurso interposto pelo PRA-JA não tem qualquer valor e classificam-no como “lamentável, infeliz e sem qualidade. Vêm recurso do recurso uma possibilidade “inexequível”.

Por Edno Pimentel

A advogador Manuel Pinheiro acredita que, apesar da possibilidade de recurso, os membros da comissão instaladora do novo projecto de Abel Chivukuvuku correm o risco de ficar quatro anos sem registar uma nova formação, caso o Tribunal Constitucional (TC) volte a rejeitar a inscrição do PRA-JA Servir Angola como partido político.

Para o jurista, já não faz sentido um outro recurso, uma vez que o plenário que decidiu será o mesmo ao qual se terá de recorrer, por isso duvida que haja alguma alteração no que está espelhado no acórdão nº 632.

Nesta fase, reitera o jurista, o que os membros do PRA-JA podem fazer é solicitar uma esclarecimento, caso entendam que a decisão do plenário apresenta insuficiência, obscuridade ou ambiguidade. “Podem solicitar esclarecimento ao próprio Tribunal, ao Plenário que ditou a decisão, mas um recurso já não é possível”, explicita.

Ainda sobre o projecto político de Abel Chivukuvuku, Pinheiro classifica como “incorrecto” o posicionamento do director do Gabinete dos Partidos Políticos, uma vez que não é ele o porta-voz do TC e, defende Pinheiro, que “a posi-

ção de Juvenis Paulo deveria ser mais reservada às questões internas e não assumir uma posição de porta-voz”. O jurista lembra igualmente que as declarações segundo as quais o PRA-JA não conseguiu assinaturas no Libolo em Calulo e no Kilamba Kiaxi constituem “ambiguidade” porque, de entre várias razões, no acórdão, não está referida a nulidade de militantes, ou seja, quem são as pessoas que têm dupla militância, por isso, defende ser um dever que assiste ao tribunal praticar e um direito dos membros do PRA-JA.

Para o jurista, não é possível haver dupla militância, sendo que a assinatura de membros de outros partidos significa, automaticamente, renúncia à formação política anterior. E vai mais longe, classificando o acórdão nº 632 de 22 de Julho como “lamentável, infeliz e sem qualidade”.

ACÓRDÃO “SUSPEITO”

À semelhança de Manuel Pinheiro, o jurista Albano Pedro aponta como inviável um novo recurso ao mesmo plenário, por entender que a função do recurso não se vai concretizar neste caso. “Como é uma instância que esgota a sua jurisdição, foi-lhe atribuída uma espécie de dupla jurisdição, daí a possibilidade de recurso de um outro recurso, que, na verdade, não devia existir”, defende Pedro, acrescentando que os recursos jurisdicionais servem para dar oportunidade às partes de verem o caso a ser deci-



dido em instâncias novas, diferentes e de decidir, de forma muito mais acentuada.

O advogado considera que o acórdão nº 632 não tem qualquer valor, acrescentando que o TC devia vir a público desculpar-se pela forma como a informação do chumbo foi passada. “Por uma questão do respeito e consideração que o TC deve merecer, o Tribunal devia penitenciar-se pelos erros que foram cometidos sobre um acórdão do qual não tinham sido notificados”, apela, acrescentando que o facto de o acórdão apresentar a data de 22 de Julho levanta suspeitas, por a comissão instaladora não ter recebido nenhuma notificação, e por não constar no site do TC.

PLENÁRIO REUNIU DIA 22

Fonte próxima do TC explica, no entanto, que “não correspondem à verdade” as declarações de Abel Chivukuvuku, segundo as quais terá recebido garantias de funcionários do Tribunal de que o plenário

ria e formal. Quando o Tribunal ou os juízes decidem, há uma decisão material que pode ser divulgada antes mesmo do documento formal (o acórdão reduzido a escrito)”, argumenta, acrescentado estar em causa também uma prática do TC. “A questão da competência não se coloca, porque não há qualquer lei que determine quem fala em nome do Tribunal e, em termos de prática, o director do Gabinete dos Partidos Políticos tem funcionado como uma espécie de porta-voz para todas as matérias relacionadas aos partidos políticos”, sublinha o jurista, recordando a declaração do Tribunal quanto à dificuldade na notificação da comissão instaladora do PRA-JA para a entrega formal do acórdão.

4 ANOS DE FORA

O despacho do juiz presidente do TC que rejeitou a inscrição do PRA-JA Servir Angola como partido político foi proferido a 17 de Abril.

Na resolução, o mais alto magistrado do TC refere que a comissão instaladora do PRA-JA não apresentou as 7.500 assinaturas válidas e legalmente exigíveis, nem reuniu o número suficiente de atestados individuais e colectivos de residências que pudesse sustentar a validação daquelas assinaturas, além de ter juntado ao processo de inscrição atestados inválidos.

A comissão instaladora, segundo o documento, também não cumpriu o princípio da representatividade máxima fixada por lei, pois não atingiu o mínimo de 150 assinaturas de cidadãos residentes no Namibe, Lunda-Sul, Moxico, Kwanza-Sul e Cunene, o que não observou, para o TC, o princípio da proibição de partidos políticos com carácter local ou regional.

O director do Gabinete dos Partidos Políticos do Tribunal Constitucional, Juvenis Paulo, alertou, quarta-feira, que, de acordo com a lei, os membros do PRA-JA correm o risco de ficar quatro anos sem poderem registar um novo projecto, caso voltem a receber outro “chumbo” do TC.

“A comissão instaladora do PRA-JA tem o direito de recorrer desta decisão. Caso não o faça, haverá um trânsito em julgado da decisão e, nos termos da Lei dos Partidos Políticos, ficarão os membros da comissão instaladora impedidos de apresentar um novo registo de partidos políticos no prazo de quatro anos”, sentenciou em declarações à TPA.

MEMORIZE

● **A comissão instaladora do PRA-JA tem o direito de recorrer desta decisão. Caso não o faça, haverá um trânsito em julgado da decisão e ficarão os membros impedidos de apresentar um novo registo de partidos políticos em quatro anos.**

não teria reunido na quarta-feira, 22, data dos pronunciamentos do director do Gabinete dos Partidos Políticos. O que terá ocorrido, precisa a fonte, “é Chivukuvuku ter falado com alguém da secretaria que, na altura, ainda não tinha o acórdão”. Sobre as declarações de Juvenis Paulo, antes da divulgação formal do acórdão, um jurista que preferiu o anonimato explica que, do ponto de vista legal, não há qualquer impedimento ao director do Gabinete dos Partidos Políticos. “A decisão do Tribunal tem simultaneamente uma dimensão mate-

Charutos e a resistênciã a um embargo através da qualidade

Eles são uma marca de sofisticação e tradição inconfundível que sobreviveu à passagem do tempo, a pelo menos nove séculos segundo historiadores que encontram vestígios de tabaco enrolado pelos Maias no séc X. Uma inconfundível demonstração de luxo, os charutos mantêm um mercado global de vendas de nicho forte, estimado em mais de 17 mil milhões de USD e com perspectivas de mais de três por cento de crescimento ao ano até 2023. E a referência principal são os charutos cubanos.

Winston Churchill dizia que fumar um cigarro “é como apaixonar-se, primeiro é se atraído pela forma, depois fica-se pelo sabor e deve lembrar-se de nunca, nunca, deixar a chama apagar”. Os amantes do fumo premium dos melhores charutos ignoram todo e qualquer aviso de saúde e mantêm-se fiéis ao ritual que se tornou marca de uma certa sabedoria especial partilhada entre privilegiados.

E essa fidelidade traduz-se em vendas que resistem a crises e mantêm a indústria forte. Cohi-

bas, Montecristos, Romeu e Julieta são alguns de produção cubana que fazem parte do leque de preferências de qualquer conhecedor.

O maior comprador do mundo são os EUA, que contabilizam oficialmente mais de 9,4 mil milhões de USD em compras de charutos de um mercado que se estima

com vendas unitárias de mais de 500 mil.

Apesar do número de vendas ser ainda inferior ao pico de 2012 as receitas aumentaram de 14,1 mil milhões em 2012 para 17 mil milhões de USD no ano passado, acompanhando a consistente subida de preços, que se prevê continuar.

A distribuição do mercado por operadores é influenciada

pelo embargo do maior comprador do mundo ao mais tradicional e reconhecido produtor mundial, Cuba, que vigora desde 1962. E apesar dos números oficiais não terem registo, estima-se que boa parte da produção de charutos cubanos, controlada pela empresa estatal Habanos, acabe mesmo nos EUA.

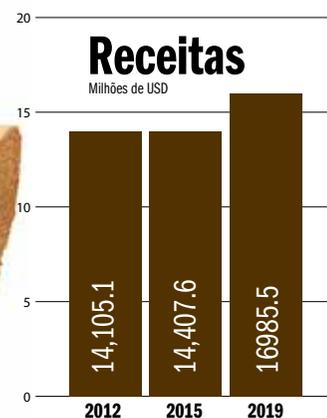
“Apesar de estarem banidos nos EUA, os americanos adoram os charutos cubanos e levam de Cuba os ‘puros’ como souvenirs, mesmo estando as vendas banidas” diz Luiz Sanches, presidente da Habanos, companhia de bandeira que reportou receitas de 531 milhões de USD em 2019. A paixão pelos charutos cubanos é tal que vergou a política a ponto de o presidente americano que impôs o embargo, John F. Kennedy, ter ordenado a compra de 1200 charutos, horas antes de o assinar e tornar público.

A Habanos tem actualmente 50% do capital no mercado disponível, depois da British Imperial Brands anunciar a venda da sua divisão de charutos premium, sendo que a metade restante continua a ser propriedade do Estado. O embargo americano significa que a Habanos vende sobretudo

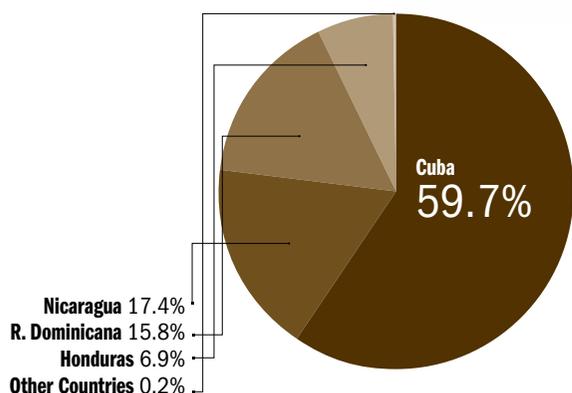
para a Espanha, China, um comprador emergente, França, Alemanha e para o mercado local, fortemente influenciado pelas vendas a turistas.

Durante décadas a Habanos reclamou a hegemonia do mercado produtor mas, entretanto, a Nicarágua, que exporta 86% da sua produção para os EUA, a República Dominicana, Honduras e outros países como a China que reporta vendas de 250 milhões de charutos ano, foram emergindo como competidores que podem vender ao maior comprador. O líder mundial de vendas varia assim entre Cuba e a Nicarágua de acordo com a contabilização ou não das compras americanas.

Apesar do embargo, a Habanos contabiliza mais de quatro mil pontos de venda, que inclui o que chama La Casas del Habano e os lounges de luxo mais recentes os Cohiba Atmospheres, que comercializam os charutos cubanos por todo o mundo. Tornando a marca também uma marca de resistência ao poder económico e geopolítico dos EUA.



Líder de vendas de charutos sem incluir EUA

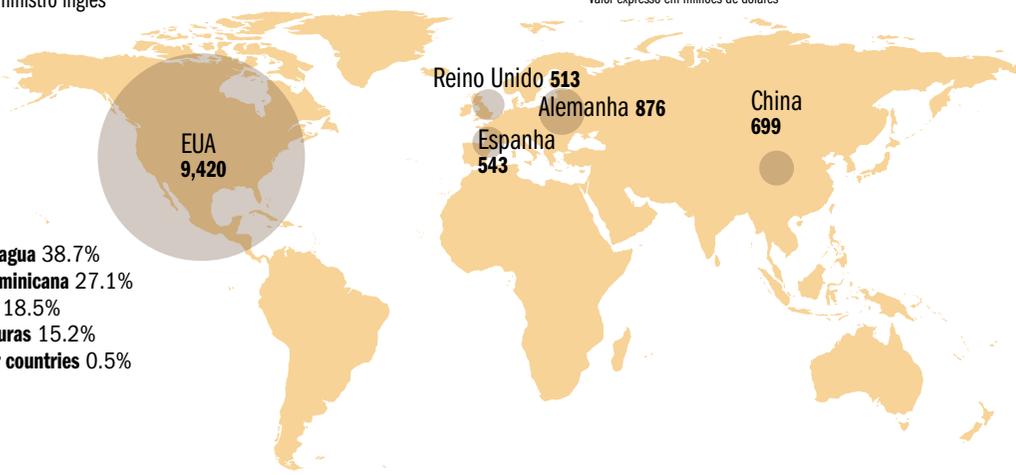


Winston Churchill, ex primeiro ministro inglês



Maiores compradores

Valor expresso em milhões de dólares



(In)formalizando

OFICINA ELECTRÓNICA A CÉU ABERTO

Mestres dos Congolenses resistem à crise

REPARAÇÕES. Centenas de jovens, muitos provenientes do Congo, ganham a vida reparando telefones e computadores nos mercados e ruas de Luanda. Mas o ofício também sofre com a pandemia: há rupturas de stocks.

Por Guilherme Francisco

A reparação de aparelhos electrónicos, com destaque para telemóveis e computadores, é das actividades informais com longo histórico nas ruas e nos principais mercados informais de Luanda.

Dominado maioritariamente por jovens provenientes dos dois Congos e que alegadamente se depararam com obstáculos para conseguir o primeiro emprego em Angola, “por discriminação”, o ofício tem no mercado dos Congolenses um dos seus pontos de referência.

Nesse mercado, dezenas de jovens estão espalhados ao longo das ruas, das paragens de táxi e no interior do espaço. E todos se lançam numa frenética ‘caça aos clientes’ na luta pela sobrevivência. É o exemplo de Augusto Nicolau José que, por conta do conflito civil em Angola, teve de se refugiar na República do Congo, onde se formou em enfermagem. Sem possibilidades de emprego na área de formação por vários anos, decidiu, há quatro anos, começar a vender acessórios, além de reparar e comprar telemóveis estragados no mercado dos Congolenses. Hoje, dá graças às valências aprendidas durante a vivência no país vizinho. “Lá no Congo, aprendemos a fazer várias coisas, por isso adaptamo-nos a fazer tantas coisas. É desta forma que sustentamos a família,” conta.

Nos últimos meses, em consequência da elevada concorrência e da falta de clientes causada



pela pandemia, Augusto viu cair a facturação diária de uma média de 13 mil para pouco dos sete mil kwanzas, valor com que paga também a renda de casa, entre outras despesas.

Carlos Gomes Ndeka é outro jovem que ganha a vida com a reparação de telemóveis. Formado em Electrotecnia pelo centro profissional de Cabinda, tem a praça como a “salvação”, diante da falta de emprego. Ndeka afirma ser a actividade rentável, mas nota estar em queda como resultado da pandemia que impôs restrições. Se antes facturava diariamente 25 a 30 mil kwanzas, com a troca de visor danificado e impressão digital, actual-

mente leva para casa entre sete e 10 mil kwanzas.

Sobre a aprendizagem do ofício, as histórias dispersam-se. Se uns tiveram formação na área, a maioria não. Afonso Mukoko, 30 anos,

60

Por cento, taxa de recuo nas receitas de alguns dos principais mestres

a operar no mercado do Luanda Sul, afirma que vários entram na actividade por mera curiosidade e acabaram por “enganar” muitas pessoas, razão de os clientes recorrerem a quem conhecem ou por recomendação. A consertar computadores e telefones há mais de oito anos, confessa não ter frequentado nenhuma formação, tendo aprendido com o vizinho. E somente depois de dois anos como aprendiz é que começou a exercer autonomamente, cobrando aos clientes. Actualmente, na sua bancada, opera com outros dois jovens aprendizes que ganham pequenas percentagens a cada obra reparada.

CRIATIVOS NA CAÇA AO CLIENTE

Uma particularidade visível no mercado dos Congolenses é que os jovens de nacionalidade congolense, apesar de não gostarem de identificar-se como tal, são os mais criativos, perante a acentuada concorrência. Preferem sair do mercado na busca de clientes nos táxis, fazendo marketing ‘boca a boca’, com promessas de reduzir o preço. A estratégia muitas vezes funciona e assim ganham um pouco mais, ao contrário de muitos, particularmente angolanos, que ficam na sua ‘zona de conforto’.

Na caça ao cliente, não estão apenas os técnicos, também os denominados ‘chamadores’, indivíduos intermediários. Vários jovens desempregados ganham a vida na procura de clientes para os famosos ‘mestres’. A cada cliente conseguido, a depender do tipo de avaria do aparelho, ao intermediário é oferecida uma pequena percentagem não revelada.

FALTA DE MATERIAL

O mercado dos Congolenses é conhecido pelo facto de dispor sempre de acessórios electrónicos difíceis de encontrar nas lojas formais do país. A verdade é que esta fama tem os dias contados, segundo os operadores. Em consequência da pandemia, os fornecedores chineses não conseguiram repor o stock e o pouco existente, neste momento, está a ser comercializado a preços exorbitantes. Por exemplo, o visor do Samsung Galaxy S8 Plus está a ser vendido com montagem por entre 175 e 180 mil kwanzas. Mas os técnicos adquirem-no dos fornecedores por 165 mil kwanzas. O mais caro é o visor do Samsung X. Anteriormente vendido a 100 mil, pode custar, incluindo a montagem, 200 mil kwanzas.

A alternativa dos comerciantes tem sido a compra de aparelhos electrónicos avariados para extrair as peças ainda em bom estado. Na ausência de determinado acessório, usam ‘truques’ para adaptar o que têm disponível, só que muitas vezes não funciona.

A ‘dor de cabeça’ de muitos operadores prende-se com os agentes da polícia e fiscais das administrações que, muitas vezes, recusam a pagar pela reparação de algum aparelho. E mais: apreendem telefones e computadores de grande valor sem motivo aparente, mesmo com os ‘mestres’ a pagarem os 250 kwanzas de taxa diária.



15
anos

**PRODUZIMOS JUNTOS,
CRESCEMOS JUNTOS.**



**O Banco BIC está ao seu
lado nas Pescas, na Pecuária
e na Agricultura.**

Prazo Máximo de Financiamento: de 2 anos (24 meses) a 8 anos (96 meses).
Garantia Pública: até 75% do valor do capital financiado.



LINHA DE ATENDIMENTO BIC
+(244) 923 190 870
Serviço disponível 24H

www.bancobic.ao



BancoBIC
Crescemos Juntos

Opiniões

Impacto da covid-19 nos preços de transferência



Nelson Pereira,
Director EY,
Tax Services

O declínio dos preços do petróleo tem vindo a afectar negativamente o desempenho económico de Angola nos últimos anos, mas o surto de covid-19 teve um impacto súbito e significativo não só no petróleo como em toda a actividade económica.

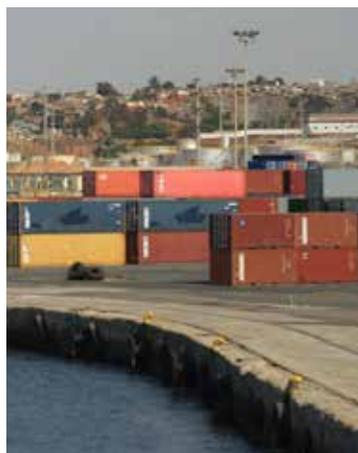
Neste ambiente económico, as transacções intra-grupo irão provavelmente ser afectadas, pois os grupos empresariais irão equacionar diferentes maneiras de assegurar a continuidade da actividade das empresas, como a redução da remuneração de transacções intra-grupo e o diferimento ou suspensão de determinados pagamentos intra-grupo (se as cláusulas contratuais em vigor entre as partes possibilitarem a revisão de tais termos). O impacto da pandemia levanta, pois, uma série de questões de preços de transferência (PT) no contexto das quais as empresas podem considerar a implementação de mudanças críticas nos modelos de negócios e cadeias de valor, sendo imperativo a adopção de uma abordagem consistente.

Assim, é prudente que as empresas avaliem o impacto da pandemia nos negócios e revisitem as políticas de PT agora em vez de mais tarde. Escusado será dizer que, e como sempre, uma documentação robusta desempenhará um papel crítico em relação a qualquer acção que os grupos empresariais possam tomar. Com

efeito, quaisquer alterações na política de PT deverão ser justificadas e ter por base racionais económicos que sejam defensáveis no pós-pandemia, caso contrário, a legitimidade dessas alterações poderá ser questionada pela Administração Geral Tributária (AGT).

Ademais, a extensão total das condicionantes económicas causadas pela pandemia ainda não é conhecida nesta fase, mas a economia angolana não irá crescer conforme antecipado. Isso significa que será necessário reduzir a estimativa de receita fiscal, o que, consequentemente, fará aumentar a expectativa do Governo de que a AGT obtenha receita adicional em resultado de inspecções fiscais – realizadas, por exemplo, pela Unidade de Preços de Transferência, pois é normal que seja dada maior ênfase aos PT para preencher a previsível lacuna no Orçamento Geral do Estado para 2020.

Deste modo, as empresas devem continuar a monitorizar cuidadosamente a evolução da sua rentabilidade nos próximos meses e começar a avaliar, de forma ponderada, as opções legais e de PT disponíveis para justificar possíveis alterações à política de PT (tendo em atenção que focalizar apenas no ano da crise e nos prejuízos em anos de crise pode colocar em risco o modelo de PT documentado em anos anteriores).



E agora pergunto eu...



Geralda Embaló
Directora-Geral
Adjunta

O VALOR trazia, na semana passada, uma reportagem dolorosa sobre como sobrevivem os professores nesta fase com as instituições de ensino de portas fechadas e sem poderem cobrar propinas ou pagar salários por falta de dinheiro. Muitos voltaram para casa dos pais, outros resistem com fome e tentando inventar biscates para ter o que comer e dar aos filhos, outros tantos sobrevivem de mão estendida, recurso com tempo de vida útil muito limitado.

Não há menção de segurança social. O Estado que devia intervir em situações de desemprego e de vulnerabilidade extrema como a que assistimos com esta classe, e com tantas outras, anda entretido com a gestão de obras eleitoralistas, com guerras intestinas e partidárias e com o covid-19 (que esperamos não se tornar noutra sorvedouro).

A fome, que os governantes geralmente de abdómens protuberantes tanto se esforçam para desmentir, vai-se banalizando entre nós e já não é possível circunscrevê-la lá longe dos olhos onde já era comum, no sul do país.

Angola importou, no primeiro trimestre do ano, menos 31% de comida e o nosso Governo, num momento digno da melhor stand up comedy, tipo Tuneza ou Calado Show, bate palmas a si próprio atribuindo essa redução de um terço, não a uma quebra brutal da actividade económica e sobretudo do poder de compra, mas a um suposto aumento de produção interna, numa fase em que as empresas se mantêm a funcionar por um fio.

A actualidade económica foi marcada por mais confiscos, desta feita, de três edifícios faraónicos no eixo viário e que já andavam mais ou menos ao abandono pelo menos parcial. O jornal Nova Gazeta escreveu a certa altura sobre como as águas paradas das piscinas e fontes se iam tornando um viveiro de mosquitos e doenças para quem tem de ali passar.

O arresto foi mais ou menos celebrado online porque os donos só poderiam ser marimbondos, mas a verdade é que, se for feita utilização e manutenção, doravante esse confisco até se pode tornar um favor pelo menos no caso dos prédios vazios.

Esperemos que o Governo dê bom uso aos edifícios caso se prove que foram feitos com fundos desviados, mas pergunto-me é se haverá tempo para esperar provar-se seja o que for?

O fenomenal Ébano escrito pelo repórter polaco Kapuscinski, (e que só descobri por via de um daqueles desafios do Facebook que normalmente evito), descreve como a africanização, dos processos de independência, tomava dos brancos as vidas de lord que levavam com grandes e luxuosas casas que eram a compensação por virem para África, e como esse processo formava uma classe de novos ricos do dia para a noite. “Num abrir e fechar de olhos um golpe de Estado faz surgir uma nova classe dominante, uma burguesia burocrática que nada faz, nada produz apenas controla a sociedade e goza de inúmeros privilégios – a lei da velocidade desenfreada aplica-se.”

Palavras escritas há décadas e que ainda hoje são tão aplicáveis. Parece-mos ter tomado o gosto às independências e volta e meia procurámo-las, nem que para isso tenhamos de criar inimigos de entre amigos.

Voltando aos nossos confiscos, alguns a que se seguem ocupações tão rápidas que nenhum tribunal conseguiria acompanhar, há outra passagem do livro que se aplica à nossa realidade, quando o autor descreve

o que acontece quando são tomadas as riquezas que se está habituado a só ver à distância: “a pacata residência onde habitava um velho inglês com a sua lacónica mulher torna-se pequena e barulhenta. Em frente à casa arde de dia e noite uma fogueira, as mulheres trituram mandioca no almofariz de madeira, as crianças correm por entre canteiros, à noite toda a família se acocora na relva para jantar, mantêm-se os mesmos hábitos dos tempos de miséria”.

Hoje em dia não se mantêm todos os hábitos dos tempos de miséria, mas certamente se mantêm a mesma necessidade da velocidade desenfreada e a falta de saber cuidar do que não se construiu com as próprias mãos, a falta de manutenção. Não há fogueiras à porta dos edifícios e casas confiscadas, mas elevadores e canalizações a pararem por falta de manutenção, rachas a esventrarem paredes, bichos a tomarem conta, tudo isto é mais do que provável.

A outra marca recente na actualidade foi a morte de Kundi Paiama, uma tremenda ‘saia justa’ porque o histórico do partido maioritário era classificado ‘team marimbondo’, e o seu passamento obriga a lembrar que há muito marimbondo idoso a quem se voltaram as costas, de quem se fingia não saber o nome que se evita a custo pronunciar. Mas que, se morrem, vai ficar mal não dizer nada, vai ser desconfortável, vai obrigar a dizer qualquer coisinha. Ainda que visivelmente forçada e atabalhoada.

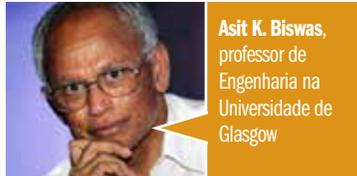
Como estamos acostumados a palavras vazias de conteúdo, arranjamos sempre maneira de desdizer a narrativa que se vinha apregoando e, “ressalvar feitos heróicos pela nação”. Mas e agora pergunto eu, o que diriam se fosse JES que também é mais velho? Será que o seu partido iria abrir mão de ter uma figura para culpar de todos os males e render-lhe honras? Culpar quem já cá não está fica feio e até dá azar para os mais supersticiosos. Ou será iam continuar a fingir que não existiu na história enquanto se apagam os vestígios das notas, das universidades de tudo quanto ontem se bajulava incrivelmente e hoje serve de vergonha ou até se atira pedras? Quanto tempo ficaria o partido em peso suspenso à espera da reacção do chefe? Quão forçados seriam os discursos? Porque será que só fazemos esse exercício de celebrar feitos positivos quando as pessoas se vão? Quando já não tem utilidade nenhuma para elas?

“ Nos Países Baixos, foram detectados vestígios do coronavírus em águas residuais não tratadas, seis dias antes da notificação do primeiro caso. ”

Será a covid-19 uma ponte para águas revoltas?



Cecilia Tortajada, editora-chefe do *Jornal Internacional de Recursos Hídricos*



Asit K. Biswas, professor de Engenharia na Universidade de Glasgow



Mário Mujetes © VE

A distribuição de água limpa e a garantia de uma gestão adequada das águas residuais têm preocupações globais desde o fim da década de 1970. Foram conseguidos avanços significativos no sentido deste objectivo durante a década de 1980, quando foi declarada, pelas Nações Unidas, a Década Internacional para o Fornecimento de Água e Saneamento. Mas o objectivo principal, que consistia em garantir o acesso a água potável a todas as pessoas do planeta até 1990, não foi alcançado.

O mundo tentou novamente em 2000, com a menos ambiciosa meta de um dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), que consistia em diminuir para metade a parcela da população sem acesso sustentável a água potável e saneamento até 2015. Desta vez, a ONU sentiu-se vitoriosa, considerando todas as pessoas com acesso a água, independentemente de ser água limpa.

Os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), adoptados pelos membros da ONU em 2015, deveriam retomar o ponto onde os ODM ficaram. Mais uma vez, a meta consiste em água limpa e saneamento adequado para todos. Desta vez, o prazo é 2030. Mas, tal como no passado, os entraves ao êxito são gigantescos.

É provável que a pandemia de COVID-19 transforme os nossos comportamentos, atitudes e políticas em muitas áreas. Para ultrapassarmos a crise de saúde pública e permitirmos a recuperação económica, temos de esperar que a gestão da água e das águas residuais esteja entre elas.

Quando os ODS foram criados, a ONU estimava que 785 milhões de pessoas em todo o mundo não tinham acesso “nem a um serviço básico de água potável”. O número real será provavelmente muito maior. Segundo a UNICEF e a Organização Mundial de Saúde (OMS), perto de 2.200 milhões de pessoas não dispõem de serviços de distribuição de água potável geridos de forma segura, e 4.200 milhões não dispõem de serviços de saneamento

geridos de forma segura.

A água contaminada e o saneamento deficiente estão associados à transmissão de doenças, como a cólera, a diarreia, a disenteria, a hepatite A, a febre tifóide e a poliomielite, que afectam centenas de milhões de pessoas todos os anos. Para agravar a situação, quase 25% dos equipamentos de saúde em todo o mundo tem falta de serviços hídricos básicos.

Este não é um problema das economias em desenvolvimento. Nos EUA, por exemplo, dois milhões de pessoas não dispõem de acesso a água canalizada. Além disso, a água que as pessoas chegam a receber, muitas vezes, não pode ser classificada como potável ou segura: os conhecidos casos de Flint, no Michigan, e de Walkerton, no Canadá, onde se registam pessoas com problemas de saúde prolongados, e mesmo óbitos prematuros, devido à contaminação das águas, tornam isso perfeitamente evidente.

Não admira que estes incidentes tenham desgastado a confiança nos serviços públicos de água. Hoje, pelo menos 3.500 milhões de pessoas em todo o mundo, tanto em países desenvolvidos como em desenvolvimento, não confiam na qualidade da água que recebem. Na Ásia Meridional, com mais de 1.700 milhões de pessoas, não existe uma única loca-

lidade ou cidade onde as pessoas confiem nos serviços públicos de água. Quem dispõe de meios depende frequentemente de água engarrafada ou de sistemas de tratamento de águas no local de utilização.

A crise da covid-19 pode constituir um ponto de viragem. Sim, o acesso universal a água limpa e saneamento tem estado no radar mundial desde o fim da década de 1970. Mas a pandemia actual transformou-o num interesse universal. Apesar da lavagem frequente das mãos ser amplamente considerada como um dos modos mais eficazes de impedir a transmissão da covid-19, a estimativa da Unicef/OMS implica que três mil milhões de pessoas em todo o mundo não dispõem das instalações para o fazer. E com a pandemia a sublinhar a relação entre água potável e saúde pública, a norma para considerar algo como ‘limpo’ tornou-se mais exigente.

A crise da covid-19 também está a mudar a forma como as pessoas encaram as águas residuais, um resíduo manifestamente subestimado no passado. Como reconheceram algumas cidades, as águas residuais devidamente tratadas podem ser direccionadas para utilizações humanas, industriais, agrícolas e ambientais. As águas residuais também são uma valiosa fonte de energia, mas pouquíssimos serviços públicos em todo o mundo as usam dessa forma.

Em geral, as cidades de países desenvolvidos têm um historial muito mais positivo na recolha e tratamento das águas residuais. Mas mesmo essas não estão a aproveitar plenamente as suas potencialidades. Como a OMS notou, a análise da composição das águas residuais pode fornecer informações fiáveis sobre agentes patogénicos e substâncias químicas presentes na população. Em 1989, Israel introduziu a vigilância das águas residuais para medir a propagação de estirpes do poliovírus que pudessem causar a poliomielite.

Hoje, a análise a águas residuais está a emergir como um importante

método de avaliação da propagação comunitária da covid-19. As águas residuais contaminadas e não tratadas, por si só, não parecem representar risco de transmissão. Mas possibilitam um meio de avaliar as taxas de infecção nas comunidades e um possível sistema de alerta precoce para novos surtos.

Nos Países Baixos, foram detectados vestígios do coronavírus em águas residuais não tratadas, seis dias antes da notificação do primeiro caso. Foram descobertos vestígios em águas residuais não tratadas na cidade suíça de Lugano quando tinha sido apenas confirmado um caso, e em Zurique depois de apenas seis infecções. A vigilância das águas residuais demonstrou que a transmissão comunitária em Valência, em Espanha, começara antes do que anteriormente se pensava.

A Austrália, que também detectou o vírus em águas residuais não tratadas, planeia realizar análises de rotina para prever surtos. Tóquio já começou a recolher amostras semanais de despejos de esgotos não tratados e tratados. As amostras de 15 estações de tratamento de águas residuais serão congeladas e armazenadas até que se definam métodos para a extracção e a análise do vírus. Em Singapura, a Agência Nacional para o Ambiente iniciou um programa-piloto de vigilância para examinar amostras de águas residuais. Fundamentalmente, estas abordagens só funcionam em locais com recolha e gestão eficazes de águas residuais.

Parece provável que a crise da covid-19 aumente a procura por água mais limpa e segura e por um tratamento mais fiável e eficaz das águas residuais em toda a parte. Isto poderia acelerar a evolução no sentido do ODS para a água e as águas residuais. Mas o êxito está longe de ser garantido, especialmente porque a pandemia também parece estar a reforçar outra tendência: a confiança decrescente nas instituições públicas. Alterar isto obrigará os serviços públicos de água de todo o mundo a melhorar significativamente as suas práticas de gestão e de comunicação.



Jornal Valor Económico

Visite o site www.valoreconomico.co.ao

Regista-te

Sobre [Ver tudo](#)

11 343 pessoas gostam disto, incluindo 71 dos seus amigos

11 800 pessoas seguem isto

<http://www.valoreconomico.co.ao/>

936272323

Enviar mensagem

Empresa de comunicação e notícias

Fotos [Ver tudo](#)



Edição 218 Partilhas 61 Likes 80

A edição 218 do Valor Económico mereceu vários comentários no Facebook, sendo que o principal tema discutido pelos internautas foi a sobrevivência dos professores sem salários e com as instituições de ensino encerradas, tema também veiculado na página do Nova Gazeta online com comentários de valor. Outros temas da capa do Valor Económico, como as discrepâncias nos valores da dívida pública apresentadas pelo governo e o 'malparado' com a Boeing também serviram de mote numa edição que reuniu cerca de 6 mil interações entre emoções, partilhas e comentários aos diferentes temas.

Os comentários são selecionados segundo critérios que visam reflectir a diversidade e qualidade de opiniões sobre os temas do Valor Económico.

Graças e discussões pessoais são editadas para publicação.

Leia na íntegra em www.valoreconomico.co.ao

Facebook/Comentários



Joseph Macedo A Boeing é seria



Jose Maria Rodrigues É preciso ser economista para entender que as bases dos cálculos são fixas, e não variáveis, e os factores dos cálculos são variáveis, e não fixos. As discrepâncias nas contas não podem resultar de cálculos variáveis, por conseguinte.



José Rui de Carvalho Quando se alteram as fórmulas é porque o cálculo não está a dar certo



Filipe Borges da Silva Isto é Angola... Terra dos especiais! Desde os tempos em que era adolescente que me lembro que os professores nunca eram pagos, ou eram pagos com muitos atrasos... De lá para cá, todos os anos vejo os professores a reclamar, e quase anualmente fazerem greves... Um amigo meu que é professor disse-me antes de ontem que se não fosse o COVID, que iam fazer greve este ano... Pergunta: Quando é que o Governo irá organizar e regularizar essa casa?



Rui Miguel Salvador Supostamente não deveria ser um problema! O próprio MAPTESS informou ao Sr Ministro (notícia veiculada há uma semana senão me engano), que os professores tinham todos uma 2a ocupação! Enfim... coitados dos nossos professores



Jemima Nunes Muito triste



Flavio Inocencio Isto é terrível



João Baptista Kiaku N'singui Passar a vida dependendo dos ditos colégios dá nisso. Empreender seria a melhor alternativa.



Marcelo Caetano Domingos O que nos mata mesmo é a maneira como o Governo e outras classes olham para a nossa situação com desdém.



Luís Muta VC Muitos de nós estão a morrer lentamente através da fome



Isaac Macumo Instituições que ministram cursos de Economia, e Gestão de Empresas há mais de 10 anos, só quatro meses de paralisação estão a decretar falências. É sinal de que o que ensinam é inútil.



Eugénio Dos Anjos Graham -Isso esta cada vez mais grave, o número de desemprego triplicou!!



Hermenegildo Djezy Cassehela A maior parte dos Professores das privadas são efetivos na função pública e colaboradores nas escolas privadas. Não fará diferença nenhuma ao cancelarem os contratos.



Alabastro Kelliny Lucala Aposto que se o executivo cancelasse os salários do ministério da educação até quando retornar às aulas, o SIMPROF poderia dizer que têm todas as condições necessárias para o reinício das aulas. Mas como o angolano gosta de salário sem trabalhar eles vão preferir que cancelem o ano lectivo. Sem velar pelos seus colegas das instituições privadas que em termos até de ensino estão melhor que eles, cambada de Professauros.

The image features a background of several large, weathered wooden barrels with metal hoops, stacked vertically. In the upper left corner, there is a black shield-shaped graphic containing the radio station's logo. The logo consists of the text '96.1 fm' in a bold, orange, sans-serif font, with '96.1' and 'fm' separated by a space. Below this, the words 'Rádio Essencial' are written in a smaller, white, serif font.

96.1 fm

Rádio Essencial

Taça Cheia

Todos os sábados,
às 22:00, com
Sebastião Wemba

Covid-19

ONU

Angola deve aprender a viver com a covid-19

O coordenador residente da ONU em Angola defende que o país deve procurar o equilíbrio entre as actividades sociais e económicas enquanto luta contra a covid-19, melhorando a comunicação sobre como viver com o vírus.

Pier Paolo Balladelli, que termina o mandato a 5 de Agosto, assinalou que as Nações Unidas têm estado a trabalhar com o Governo e a sociedade civil para determinar quais são as condições de segurança para prosseguir as actividades económicas e sociais e melhorar a coesão social sem perigo de transmissão da

doença. “Não podemos deixar de fazer o que for necessário para continuar a vida e aguardar que termine a transmissão da covid-19, que vai estar conosco um tempo longo dependendo da capacidade que terá o mundo para ter uma vacina efectiva com a qual se poderiam criar condições de quase normalidade”, argumenta o médico especialista em Saúde Pública. “Até lá temos de continuar a tomar todas as medidas, para que tudo possamos continuar, com precauções que permitam evitar o contágio”, realçou. Paolo Balladelli considerou que Angola tomou

decisões corretas no que diz respeito à covid-19 e teve tempo para se preparar e adiar o início da epidemia, mas esta era esperada. “Sabíamos que iria chegar e de forma acelerada, é o que está a acontecer neste momento, estamos numa fase de transmissão comunitária e temos de fazer esforços para continuar com as medidas de distanciamento, mas, por outro lado, temos todos os protocolos que nos permitem continuar com as actividades sócioeconómicas. Temos de chegar a esse equilíbrio e esperar que a epidemia ultrapasse o ponto crítico, o pico, e depois comece a diminuir”, declarou.



CORONAVÍRUS

Conselheiro de Trump infectado

O conselheiro para a segurança nacional do presidente dos Estados Unidos Robert O'Brien está infectado com o novo coronavírus, indicou a Casa Branca.

Em comunicado, a Casa Branca adiantou que o conselheiro de Donald Trump, que ocupa um posto fundamental no executivo norte-americano, está isolado e a trabalhar “a partir de um local seguro” fora do edifício, não havendo, por isso, “risco de exposição do presidente ou do vice-presidente”.

A Administração Trump confirmava assim a notícia avançada inicialmente pela Bloomberg News, dando conta que O'Brien terá apanhado o vírus em uma festa familiar. Por seu turno, a agência noticiosa Associated Press cita uma fonte da Casa Branca para indicar que os contactos do presidente e do vice-presidente são testados diariamente. Os Estados Unidos são o país com mais mortos (146.935) e mais casos de infecção confirmados (mais de 4,2 milhões).

DADOS DO MINCTA

Turismo precisa de 5 mil milhões de kwanzas

O Ministério da Cultura, Turismo e Ambiente anunciou que requereu cinco mil milhões de kwanzas, como medida financeira adicional de alívio económico, devido à covid-19, para apoio à tesouraria das empresas do turismo e cultura.

Segundo o director do gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística, Mário Jacob, a operacionalização do montante, cuja proposta está já em sede do Ministério da Economia e Planeamento, “deve acontecer no período pós-covid-19”.

“A ideia é estruturarmos uma base mais consistente e desenvolvimento das actividades de cultura como de turismo pós-covid-19, porque existem questões de natureza operacional, o que, neste momento, não é desejável”. Para o responsável, conceder crédito neste período em que as actividades do sector estão com restrições não é o ideal.

Mário Jacob falava em conferência de imprensa de apresentação do decreto executivo n.º 219/20, de 21 de julho, que define medidas concretas de prevenção e controlo para evitar a propagação da covid-19.



A OMS vai voltar a convocar esta semana o seu comité de emergência para avaliar o estado da pandemia da covid-19, afirmou, esta segunda-feira, o diretor-geral daquela agência das Nações Unidas, Tedros Ghebreyesus.

PASSAM A CIRCULAR ATÉ ÀS 20H

Novos horários para os transportes colectivos

Os transportes colectivos urbanos e interurbanos de passageiros, públicos e privados, em Luanda, passam a funcionar no período das 5 às 20 horas, de acordo com decreto do Ministério dos Transportes que altera as medidas que vigoraram até às 00h00 de 26 de Julho.

O movimento de viaturas de passageiros era permitido entre as 05h00 e 18h00 e o novo horário vai até 9 de

Agosto. No entanto, mantém-se a obrigatoriedade de se ocupar apenas 50% da capacidade de lotação.

A alteração surge em resposta às preocupações tanto dos populares, que tinham dificuldades em deslocar-se, como das empresas de transportes que apelavam para as baixas receitas financeiras.

O horário ora revogado era também apontado como propenso à propaga-

ção do vírus devido às enchentes das paragens.

O Ministério dos Transportes anuncia também, para os próximos dias, a entrega de novos meios transportes ao Governo Provincial de Luanda. Exorta os operadores a garantirem os horários de funcionamento e a disponibilidade na capacidade de transporte dos usuários, respeitando o reforço estrito das regras de biossegurança nos meios.



POR GENOCÍDIO

Queixa contra Bolsonaro

Uma queixa subscrita por mais de um milhão de subscritores deu entrada no Tribunal Penal Internacional, em Haia (Holanda), contra o Presidente brasileiro, Jair Bolsonaro, por crimes contra a humanidade e genocídio por falhar no combate à pandemia.

A acção foi entregue na noite de domingo, juntando mais de um milhão de trabalhadores da área da saúde liderada pela Rede Sindical Brasileira UNI-Saúde e com apoio de entidades internacionais.

“No entendimento da coligação, há indícios de que Bolsonaro tenha cometido crime contra a humanidade durante sua gestão frente à pandemia, ao adoptar acções negligentes e irresponsáveis, que contribuíram para as mais de 80 mil mortes pela doença no país”, refere a acção judicial contra o Presidente brasileiro.

Os autores recorreram ao Estatuto de Roma, que define critérios sobre crimes internacionais como o genocídio e a tortura, alegando que Bolsonaro cometeu crimes contra a humanidade e genocídio porque recusou-se a tomar medidas para proteger a população brasileira na pandemia.

POR CAUSA DO AUMENTO DE CASOS

Comissão Europeia pede não discriminação nas restrições de viagens

A Comissão Europeia apelou à aplicação da regra da não discriminação nas restrições, devido ao aumento de casos de covid-19 nalgumas regiões, adoptadas pelos países europeus às viagens dentro da União Europeia (UE).

Em conferência de imprensa diária do executivo comunitário, o porta-voz para áreas da saúde pública e transportes, Stefan De Keersmaecker, em Bruxelas, declarou que “o que é importante é que quando um Estado-membro decida impor restrições, use a mesma abor-

dagem relativamente a outros países ou regiões na mesma situação epidemiológica”.

Numa entrevista à agência Lusa divulgada no domingo, o comissário europeu da Justiça, Didier Reynders, garantiu que a Comissão Europeia garante que vai monitorizar as restrições à livre circulação na UE devido à covid-19 para assegurar um “tratamento igual” entre os Estados-membros.

Didier Reynders assinou que a Comissão Europeia vai “continuar a discutir com os Estados-membros”, garantindo

que, “se for necessário, [a instituição] irá actuar se entender que certa medida não é necessária ou proporcional”.

A posição de Didier Reynders, que tutela a salvaguarda dos direitos dos cidadãos europeus, é semelhante à da comissária europeia para os Assuntos Internos, Ylva Johansson, responsável pela livre circulação na UE e no espaço Schengen, que também admitiu tensões entre os Estados-membros devido a estas restrições, exigindo a adopção de medidas “proporcionais”.



DEPOIS DOS HUMANITÁRIOS

Voos essenciais entre Portugal e Cabo verde

Portugal e Cabo Verde vão abrir um corredor aéreo para voos essenciais, que começam a 1 de Agosto, com a condição de realização de testes de virologia à covid-19 nos dois sentidos.

O anúncio foi feito em conferência de imprensa, na cidade da Praia, pelo ministro dos Negócios Estrangeiros e Comunidades cabo-verdiano, Luís Filipe Tavares, e pelo embaixador de Portugal em Cabo Verde, António Albuquerque Moniz, que indica-

ram que os voos serão operados por companhias dos dois países, nomeadamente a TAP, a SATA e a Cabo Verde Airlines (CVA).

Depois de 15 voos de repatriamento nos últimos meses, que incluíam turistas retidos, os dois países abrem agora a abrangência das ligações, com ligações essenciais, por motivos de saúde, negócios, estudos, profissionais, oficiais e familiares.

“Há um número muito significativo de situações que é necessário resolver, nomeada-

mente a situação dos doentes que são transferidos”, afirmou o embaixador, indicando que, nos últimos quatro meses, já foram transferidos mais de 100 doentes de Cabo Verde para Portugal.

“À medida que o tempo passa, são várias outras situações de carácter humanitário, profissional, de compromissos que não podem ficar por cumprir, de razões familiares muito fortes, que nós temos procurado responder de forma positiva”, sustentou António Moniz.



Marcas & Estilos



Pedidos especiais

Uma homenagem ao famoso explorador Sir Walter Raleigh, esta pasta é o companheiro perfeito para aventuras. Com um prático compartimento para manter as camisas, o Raleigh é uma peça essencial para quem procura uma bolsa de fim-de-semana elegante com espaço extra. É feita à mão e apenas por encomenda.



Sem tempo a perder

O Crossover é um relógio moderno com ponteiros cinza, brancos e amarelos. Os indicadores finos são levemente torcidos para o centro, dando-lhe uma dimensão elegante. Permite olhar para o tempo o dia todo sem o desperdiçar.



AUTOMÓVEL

Potente até no olhar

Quando se imagina um carro de produção com o título de “mais potente do mundo”, logo vem à cabeça um inigualável motor W12 aspirado ou um turbo com injeção directa e indirecta de combustível... Ledo engano! O carro de produção mais potente do mundo é eléctrico.

O Lotus Evija é um super-desportivo equipado com quatro motores eléctricos capazes de proporcionar uma potência combinada de 1.973 cavalos. A bateria de iões de lítio de 2.000 kW é montada no centro do veículo e alimenta os motores eléctricos. Acelera de zero a 100 km/h em menos de três segundos e pode chegar aos 320 km/h de velocidade máxima.

AGENDA

LUANDA

ENTRE JUNHO E JULHO

A galeria TalatonaArt apresenta online a exposição ‘A Arte não pode parar’ com os artistas Alcides Malayka, Álvaro Macieira, Armando Scoott, Fineza Teta, Francisco Vidal, Guilherme Mampuya, entre outros.

31 DE JULHO

Expo Cake Design Angola, no Centro de Centro de Convenções de Talatona, a partir das 17 horas.

1 DE AGOSTO

Abertura do mês em grande com Chetekela, às 15:30 na TV Zimbo.

2 DE AGOSTO

Live no Kubico, com Ndengues do Kota Dura, Sassa Tchokwe e Santos Católica. Às 14:30, na TPA 1.

LIVROS



INTELIGÊNCIA FINANCEIRA

TORNOU-SE, desde o lançamento em 2006, o livro preferido entre os gestores que precisam de uma visita guiada pelos números – ajudando-os a perceber não só o que os números realmente significam mas também por que são importantes.



EM MEMORIAL DO CONVENTO,

José Saramago retrata a personalidade do rei D. João V e narra também a vida de vários operários anónimos que contribuíram para a quixotesca construção do Convento de Mafra.



TURISMO

Onde apreciar não é tudo

Byblos no Líbano é um sítio arqueológico e um passeio histórico que não deve ser desperdiçado. O Castelo dos Cruzados oferece uma vista panorâmica sobre as vastas ruínas junto com o porto, se subir às torres e telhados com ameias. Cafés pitorescos cheios, pequenas lojas locais e uma atmosfera incrível, os antigos souks da cidade são uma parte essencial da experiência de Byblos. Não basta caminhar pelo mar. Experimente a culinária local, enquanto admira a praia. O porto abriga vários restaurantes à beira-mar, que servem principalmente frutos do mar frescos e oferecem vistas desimpedidas do oceano até onde os olhos podem ver.

SUSPEITA DAS AUTORIDADES DO BOTSUANA

Centenas de elefantes mortos por novo vírus ou veneno

DESASTRE. Dados da morte de 275 elefantes na região turística do Delta do Okavango durante os últimos meses contraria relatório da organização não-governamental Elefantes Sem Fronteiras (ESF), que aponta para a morte de 356 dessa espécie de herbívoros.



Entre as possíveis causas da morte estão um novo vírus e envenenamento.

Elefantes Sem Fronteiras (ESF) apontava para a morte de 356 elefantes naquela região.

Embora não tenha havido qualquer indicação de carcaças frescas ou sinais de que a mortalidade se tenha espalhado para além da área inicial, a equipa distrital que se encontra no terreno vai continuar a monitorizar a situação, a remover o marfim das carcaças e a levá-lo para custódia segura, bem como a destruir as carcaças que se encontram perto das aldeias e das povoações humanas, segundo o Ministério do Ambiente, Conservação dos Recursos Naturais e Turismo. Os resultados das investigações deverão ser conhecidos esta semana.

O Laboratório Nacional Veterinário do Botsuana não conseguiu ainda estabelecer as causas de morte dos animais, após examinar 281 carcaças de elefantes encontradas na popular zona do Delta do Okavango, no Norte do país.

“É um dos maiores desastres com impacto nos elefantes deste século e logo num dos principais destinos turísticos de África”, disse a direcção do grupo de conservação National Park Rescue.

Autoridades do Botsuana suspeitam que a morte de centenas de elefantes nas últimas semanas tenha sido provocada por um novo vírus ou por veneno e, apesar de ainda se desconhecem os motivos, os testes continuam e já descarta-

ram a caça furtiva e o carbúnculo. Entre as possíveis causas que estão a ser avaliadas, numa investigação que inclui a ajuda de laboratórios na África do Sul, Zimbábue, Grã-Bretanha e Estados Unidos, estão um novo vírus e o envenenamento.

No início deste mês, autoridades e organizações não-governamentais do Botsuana anunciaram

a morte de centenas de elefantes na região turística do Delta do Okavango durante os últimos meses, suspeitando de uma doença misteriosa.

O director de parques nacionais e vida selvagem do Botsuana, Cyril Taolo, confirmou, na altura, a morte de pelo menos 275 elefantes, enquanto um relatório da organização não-governamental

130

Mil elefantes, um terço da população africana, vivem no Botsuana, na zona entre a Zâmbia, Namíbia e a África do Sul.

AQUECIMENTO GLOBAL

Urso polar pode ser extinto

Um estudo da Universidade de Toronto, no Canadá, e recentemente publicado na revista científica ‘Nature’, alerta que o urso polar pode ser extinto até 2100 devido ao aquecimento global. A previsão é que a temperatura global aumente até 4° C no final do século, provocando, assim, o derretimento do gelo e afectando directamente a caça de focas, principal alimento dos ursos polares.

Cerca de 26 mil ursos polares

já sofrem com alterações fisiológicas causadas pelo aumento da temperatura do planeta, pois, durante os períodos mais quentes no Pólo Norte, os animais ficam sem comer pelo máximo de tempo que conseguem, chamado de estivação. Até então, devido à ausência de dados demográficos das 19 subpopulações de ursos polares, era difícil estipular prazos de duração da espécie.

Os pesquisadores reproduziram uma abordagem adoptada por cientistas climáticos entre as décadas de 1980 e 1990 nas áreas de Hudson Bay, no Canadá. Para cada um dos 19 subgrupos, foram combina-

das estimativas da extensão do gelo ocupada pelos ursos com a quantidade de gordura que precisa de ser ingerida por eles antes da estivação.

O resultado foi a criação de um modelo computacional que projecta por quanto tempo eles serão capazes de continuar a reproduzir-se, e consequentemente, a sobreviver.

Dos 19 subgrupos, foi possível calcular a estimativa de vida de apenas 13, pelo facto de não haver modelos climáticos que fossem suficientes para os outros seis. Para os pesquisadores, no entanto, não há indícios de que esses grupos responderiam diferentemente dos demais.



NÚMEROS DA SEMANA

289

Quantidade de sacos de açúcar com destino para a RDC que foram apreendidos pelo Polícia Fiscal no Soyo.

30

Mil toneladas de batata rena que a Nova Agrolider prevê colher este ano, que representaria um aumento de mais cinco mil toneladas.

50

Toneladas de açúcar que a Biocom produziu em três meses de campanha agrícola.

76%

Decréscimo dos lucros da banca, em 2019, segundo a Deloitte.

ACORDO DE PROVIMENTO

Isabel dos Santos reclama 322 milhões USD à Unitel

A empresária Isabel dos Santos garante que “nunca houve transferências injustificadas da Unitel para a Vidatel Ltd ou para as suas contas pessoais” e sublinha ser a operadora quem deve cerca de 322 milhões de dólares, resultantes de um acordo de provimento de 2014.

A empresária reage a notícias que dão conta de alegadas transferências ilícitas da conta da operadora móvel para benefício próprio no período em que liderou a empresa. “É completamente falso. As únicas transferências são relativas a dividendos, autorizados pela assembleia-geral dos accionistas, e a salários”, garante Isabel dos Santos, precisamente no dia em que decorreu a assembleia-geral da empresa que, entre outros assuntos, terá abordado a auditoria forense à gestão dos últimos 10 anos.

“Nas contas referentes a 2016 consta que o valor registado no accionista Vidatel, além dos dividendos em dívidas que transitam de 2015, incluem o valor de 322 milhões que resultam do término em 2016, que é ainda referente ao acordo de suprimento efectuado entre a empresa e o accionista em 2014”, precisa a empresária.

Isabel dos Santos acrescenta que “a existência dessas dívidas se deve a razões unicamente imputáveis à Unitel”, visto que a operadora “indevidamente não procedeu ao pagamento” da dívida “registada nas contas auditadas e reconhecidas pela assembleia geral dos accionistas durante vários anos”.

Ao abrigo da lei e do acordo parassocial, Isabel dos Santos nota que a Vidatel requer um processo de aferição e reconciliação de contas detalhadas com a Unitel. “Para este efeito, a Unitel deve fornecer todas as informações necessárias e ou convenientes à Vidatel, nomeadamente estratos bancários e board rolls de transferências efectuadas pela Unitel à Vidatel.”

Notícias divulgadas no último final de semana davam conta que as autoridades judiciais portuguesas estarão no rasto do circuito de offshores e alegados “testas de ferro” da empresária que terão levado 573 milhões de euros da Unitel para Portugal.

A Vidatel é accionista da operadora móvel, detendo 25%, igual participação que detinham todos os fundadores da operadora (PT Venturs, Sonangol e Geni). No entanto, desde Janeiro, a Sonangol passou a deter 50% da sociedade com a aquisição da PT Venturs à brasileira Oi.



Mário Mujetes © VE

BENGUELA

Prodesi apenas com um projecto

Benguela tem apenas um projecto financiado no âmbito do Programa de apoio Crédito (Pac) enquadrado no Programa de Apoio à Produção, Diversificação das Exportações e Substituição das Importações (Prodesi). Trata-se da iniciativa de modernização da Tutiangol do grupo Angonabeiro, que recebeu, através do BAI, 350 milhões de kwanzas dos 1.000 milhões de kwanzas solicitados por esta unidade industrial do sector alimentar.

Samuel Maleze, director do Gabinete Provincial de Desenvolvimento Económico Integrado de Benguela, afirmou que a Tutiangol é das poucas que consta no processo conclusivo de crédito de uma lista com mais de 200 propostas.

A lentidão na execução do Prodesi tem irritado vários empresários da pro-

víncia. Por exemplo, Aires Cruz, presidente do Pólo Industrial de Benguela, lamenta a fraca incidência do Prodesi, sendo que “as empresas pedem apoio, mas este não chega”. More Moreira, da associação dos camionistas, também se manifestou insatisfeito com o andamento do programa. “Vamos esperar até 2022 e ver se sai algum dos projectos que submetemos à banca”, observou.

Por sua vez, José Cardoso, que lidera a Associação dos Empresários de Construção Civil, critica os bancos, por “só servirem para guardar dinheiro. Quando precisamos do crédito, os bancos não estão disponíveis”, lamenta.

Entretanto, depois de um encontro com os filiados, a Associação dos Empresários de Benguela (AEB) reconheceu os constrangimentos e prometeu intensificar o diálogo com os bancos comerciais para se encontrar consenso, segundo o seu presidente, Adérito Areias.

PLANO DE RETOMA DOS VOOS

TAP programa Luanda/Lisboa para 11 de Agosto

A TAP programou para 11 de Agosto o reinício das ligações entre Luanda e Lisboa com quatro voos semanais dentro do plano de reposição gradual da sua operação com a realização de cerca de 500 voos semanais de ida e volta, num total de 66 rotas.

“A TAP aumenta a sua oferta já no mês de agosto, em que passa a oferecer 18 voos semanais para o Brasil, 20 voos para seis destinos na América do Norte, 44 voos para 9 destinos em África, 329 voos para 30 cidades na Europa e 126 voos para seis aeroportos nacionais”, informa a companhia em comunicado sem fazer menção os destinos

em concreto. No entanto, consulta do VALOR mostra que a operadora tem o reinício das ligações com Angola para 11 de Agosto com quatro voos semanais. “É em setembro, no entanto, que a TAP vai repor de forma mais significativa a sua operação, retomando cerca de 40 por cento do que era a sua oferta normal no período pré-Covid” A companhia adianta que a “lista de rotas” será “ajustada sempre que as circunstâncias o exigirem, face à dinâmica da evolução das imposições e restrições dos vários países, em virtude da evolução da pandemia, bem como da evolução da procura”.